

Formas de (des)subjativação infantil em tempos de aceleração: os transtornos de subjativação arcaica*

Victor Guerra **, Montevideu

Neste artigo o autor tenta mostrar uma perspectiva psicanalítica sobre o que neste momento aparece como uma prevalência excessiva de crianças pequenas na suspeita de autismo. Para isso expõe uma série de suposições sobre os possíveis motivos para o aumento deste tipo de consulta, em relação tanto aos aspectos constitucionais da criança, quanto à incidência de fatores de ordem cultural que afetam o vínculo entre pais e filhos. Estabelece a hipótese de uma forma de funcionamento da criança que denomina transtorno de subjativação arcaica descrevendo algumas das características observadas em sua experiência clínica e apresenta um caso para ilustrar a forma peculiar de abordagem tanto da criança (aspecto intrapsíquico) quanto dos pais (aspecto intersubjetivo).

Palavras-chave: autismo, patologia atual, intersubjetividade, sensorialidade, ritmicidade, transtorno de subjativação arcaica.

* Trabalho apresentado no XVIII Simpósio do Núcleo de Infância e Adolescência (NIA) da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) em maio de 2015.

** Psicólogo, psicanalista e membro da Associação Psicanalítica do Uruguai (APU). Coordenador do Departamento de Crianças e Adolescentes da Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL).

A clínica no momento atual nos confronta com diferentes apresentações sintomáticas no que se refere ao campo de consulta com crianças e adolescentes, que nos levam a questionar, de forma fecunda, a inter-relação entre o momento histórico e o sintoma do sujeito. Podemos pensar que em um sujeito, mais especialmente em uma criança, um sintoma, uma forma de funcionamento teria relação pelo menos com três planos polissêmicos que se entrelaçam. Por um lado, nos fala do funcionamento próprio desse sujeito, seus aspectos constitucionais e seu mundo intrapsíquico, mas também nos fala de sua relação com os outros que conformam seu ambiente subjetivante (perspectiva intersubjetiva parental). Como terceira possibilidade, é também uma expressão da cultura na qual estão imersos essa criança e esses pais e que os transcende e condiciona ao mesmo tempo.

É a partir deste ângulo que também quero questionar algumas das apresentações sintomáticas da atualidade, tal como a emergência da hiperatividade (Guerra, 2015b) e, atualmente, uma espécie de *epidemia* dos chamados transtornos do espectro autista e, ainda mais especificamente, da atual *epidemia de crianças pequenas com suspeita de autismo*.

É evidente que, nos últimos anos, houve um incrível aumento da frequência até então contida de diagnóstico de autismo, tal como o mostram algumas cifras reveladoras. Nos anos 50, propunha-se um ou dois casos em 10.000 crianças (Golse, 2013). A própria Grandin (Grandin & Panek, 2014), *autista recuperada*, (que, certamente, não seguiu em seus livros e conferências uma linha psicanalítica) descreve em seu último livro sua surpresa e impacto pelo aumento do diagnóstico. Ela propõe que as investigações mostrariam que em, 2002, haveria, nos Estados Unidos, uma frequência de 1 criança em 150; em 2006, haveria 1 em 110 e, em 2008, 1 em cada 88 crianças seriam autistas. Ou seja, um aumento de 70% em 6 anos. Mas, por sua vez, declara que, em certos contextos sociais dos Estados Unidos, chegar-se-ia a uma estatística na qual *uma a cada 33 crianças seria avaliada como apresentando um transtorno do espectro autista*.

Evidentemente as estatísticas são impactantes e questionadoras. A que se deveria isso? Alguns especialistas o relacionam com a melhora das ferramentas diagnósticas, outros falam de um evidente excesso de diagnóstico (conforme os critérios do DSM IV e DSM V). Outros falam do peso de *fatores ambientais*, mas dificilmente incluem aí os fatores vinculares, já que são aludidos o tipo de alimentação, as vacinas que essas crianças receberam, fatores ambientais indeterminados etc.

Mas, segundo nossa perspectiva, seria fundamental (dentro do plano de uma policausalidade) interrogar e questionar a *eficácia* desses diagnósticos e,

também, pensar novas formas de articulação entre possíveis fatores constitucionais da criança e certas dificuldades nos vínculos intersubjetivos entre os pais e o filho. O anteriormente exposto nos leva a pensar as bases da construção da vida psíquica do bebê a partir das teorias atuais relacionadas com a contribuição do contato afetivo do ambiente ou intersubjetividade. Voltarei a esse tema.

Como psicanalistas, não podemos ler tudo isto a partir de uma etiologia centralmente biológica, uma vez que nossas lógicas apontam para a emergência do desejo inconsciente e as vicissitudes da subjetivação em relação à presença-ausência fundamental do outro estruturante, que pessoalmente englobo no conceito de intersubjetividade (Guerra, 2014). Dessa forma, especialmente no trabalho com crianças pequenas em seu processo de subjetivação, fui apreciando como o trabalho aberto à dinâmica intersubjetiva, à presença do outro, ou o que um autor como Roussillon (2010) chama *metapsicologia da presença*, tem consequências muito importantes no processo de subjetivação da criança.

Dessa maneira, teríamos que nos questionar sobre as *modalidades de presença*, sobre as mudanças na parentalidade e nos vínculos, que, primeiro e inelutavelmente, nos levam ao terreno da construção da subjetividade atual. Para isso também temos que apelar ao diálogo com outras disciplinas da cultura, especialmente com a sociologia e a antropologia.

Por isso, antes de me ocupar de alguns aspectos do funcionamento parental na atualidade, farei primeiro uma pequena revisão sobre a construção da subjetividade e as mudanças culturais. Para isso, tomarei 4 eixos de reflexão que nos permitam pensar, a partir de outra perspectiva, certas formas de dinâmica da parentalidade que possa incidir (junto com outros aspectos), como polo intersubjetivo, na emergência desta espécie de *epidemia de crianças graves*.

Subjetividade atual

- 1) Mudanças na construção identitária
- 2) Reconfiguração do público e do privado
- 3) Tempo e espaço. A aceleração, o investimento do presente e o culto da urgência
- 4) As tiranias da visibilidade e a primazia do sensorial. O risco da disritmia na subjetivação

1) Mudanças nas identidades

Na sociedade pós-moderna, devido ao auge do consumismo, a renovação e

a atualização permanente, os objetos duradouros são substituídos por produtos descartáveis, pautados por serem efêmeros e possibilitarem uma ilusão de um prazer preempatório e imediato.

Estes aspectos são extrapolados para as identidades que *flutuam*, podem ser adotadas, descartadas e até multiplicadas. Haveria uma forma de volatilização das identidades que fluem na rede, na qual o sujeito pode adotar uma *pluri-identidade virtual*. Isto implica, evidentemente, tanto uma forma de liberdade de movimento na subjetivação, como também certas formas de instabilidade frente à hipervalorização da descontinuidade contra o que pode ser estável, contínuo, previsível.

2) Reconfiguração do público e do privado

Os meios de comunicação implodiram o espaço da intimidade, transformando, por sua vez, aquela protegida subjetividade alojada ou guardada (excessivamente) no interior da modernidade. Alguns historiadores falam da presença de uma *subjetividade externalizada* como forma proeminente de expressão. Isto engloba ao menos dois aspectos. Por um lado, por exemplo, Tisseron (2011) propõe que as mudanças tecnológicas, com o uso da Internet, implicam no desejo de divulgar uma parte da intimidade. Haveria um *desejo de extimidade*. O sujeito comunica alguns aspectos de seu mundo interior para ensaiar o efeito nos outros. Esse uso estaria a serviço da criação de uma intimidade mais rica.

Por outro lado, isto implicaria em um estímulo a uma contínua exposição do *self*, que pode levar o sujeito a ter que se mostrar, *ser visto para se sentir existente (tirania da visibilidade)* em detrimento dos necessários momentos de intimidade, relaxamento, recolhimento, que supõem um *sentir-se existindo* em outro ritmo, por fora da necessidade preempatória de se expressar e estar *em conexão* com outros.

Além disso, uma hipervalorização *do público* muitas vezes leva, no seio do lar, a transtornar uma das categorias fundantes da discriminação psíquica como o é a *diferença de gerações*. Às vezes, percebemos famílias muito aglutinadas, cuja dinâmica implica que não haveria muitos espaços de diferenciação entre pais e filhos, nem entre crianças e adultos, de forma que estimula a criança a crescer rapidamente, problematizando-se também o lugar da proibição como diferenciação psíquica e a moratória de uma espera que não se instaura com as consequências negativas que isto pode causar.

3) Tempo e espaço na atualidade

Diferentes autores têm assinalado como mudaram, na atualidade, os parâmetros com relação ao tempo, ao espaço e à velocidade. Bauman (2003) sustenta que a modernidade tinha uma conformação do tempo especial na qual: “Se pedissem às pessoas que explicassem o que queriam dizer com ‘espaço’ e ‘tempo’, seguramente diriam que ‘espaço’ é o que alguém pode percorrer em determinado tempo, enquanto que ‘tempo’ é o que se necessita para percorrê-lo” (p. 55). E destaca que a modernidade é a história do tempo, é o tempo no qual o tempo tem história.

Supõe-se que esta concepção particular se encontrava relacionada com o parâmetro do deslocamento no espaço. Ao mudarem, na atualidade, tais parâmetros e incorporar, por exemplo, a velocidade na comunicação telefônica, televisiva ou de internet, a perspectiva do sujeito com relação ao espaço vai mudando, estando este unido à necessidade de uma espécie de abolição dos tempos de espera.

Dessa forma, a premissa de *encher o tempo* com atividades ocupando diferentes espaços veio se transformando em uma premissa quase ontológica. O grande inimigo muitas vezes configura-se pela experiência do vazio, o que conspira, por exemplo, contra o valor estruturante das experiências de relaxamento – não integração (Winnicott, 1985).

Com relação aos parâmetros de *tempo, espaço e velocidade*, alguns arquitetos e antropólogos vêm assinalando uma série de fenômenos em jogo que *marcam os ritmos* dos funcionamentos grupais. Há uma tendência em nossa cultura ocidental a chamá-los de *espaços públicos*, lugares de encontro cidadão que vão se configurando no que Augé (2003) chama *não lugares*. Esse seria *um espaço despojado de expressões simbólicas da identidade, das relações e da história*. Os exemplos incluem os aeroportos, os *shoppings*, as rodovias, certas praças públicas, edifícios emblemáticos, anônimos quartos de hotel, o transporte público etc.

Bauman (2003) assinala que estes sítios peculiares “desalentam qualquer tipo de permanência, impossibilitando a domesticação do espaço” (p. 54). Em tais espaços, uma característica é que o sujeito se desloca, está em movimento, e o objetivo não é o intercâmbio simbólico com o outro, mas poder realizar a tarefa necessária, em geral em um tempo limitado. Assim, estabelece-se algo que poderíamos denominar de cultura do *surf*, já que tratar-se-ia de um deslizar, de um deixar-se levar pela velocidade do movimento pela superfície dos vínculos¹.

¹ Pense-se em alguma das formas de comunicação através das mensagens de texto nos celulares, ou a comunicação simultânea com várias pessoas através do *chat*, nas quais parece que importaria mais a sensação de estar *conectado* com o outro que o conteúdo expressado no intercâmbio.

Em geral, são espaços que estimulam uma *fluidez dos vínculos*. Este aspecto de fluidez é tomado das contribuições de Bauman (2003) com relação à ideia das mudanças sociais na atualidade, que se oporiam à ideia do sólido. Afirma que “os fluidos se deslocam com facilidade... fluem e se derramam, transbordam, emanam... etc., diferentemente dos sólidos, não é possível detê-los facilmente” (p. 54). Esta situação levou Bauman a pensar que o líquido e a fluidez são metáforas adequadas para apreender a natureza da fase atual da história da modernidade.

O tempo presente

Virilio (1997) afirma que o crescimento das comunicações em *tempo real* faz com que o *tempo presente* ocupe um lugar central. A experiência *maravilhosa* de receber simultaneamente informação de um acontecimento em diferentes partes do mundo e por diferentes vias de conexão *levaria a um espessamento da experiência do presente* pautada por um privilégio do sensorial, no relato do fato vivido. Poderia parecer que, na atualidade, muito mais que em outros momentos da história, *uma imagem vale mais que mil palavras*. O que faria com que, em situações extremas, se reduzisse o valor da palavra como integradora da experiência subjetiva, emocional do sujeito, passando-se a viver uma forma de *narrativa sensorial*. Seria a experiência sensorial, predominantemente visual, a que narraria as vivências do sujeito, fato que pode ter, por exemplo, um grande valor nas artes, mas que, na relação pais-filho pequeno, pode chegar a ser, em casos extremos, algo *dessubjetivizante*.

Para Virilio (1997), a rapidez e o imediatismo nas pautas de comunicação levariam a um hipercentro do tempo presente: “A primazia, então, da recepção ao vivo de *forma imediata apontaria, não para um trabalho de representação, mas para uma apresentação intempestiva* dos acontecimentos pelos meios de comunicação de massas que privilegiam os sumários, as exclusivas, em detrimento do discurso” (p. 120, grifos do autor)².

Vemos como, quanto ao campo social, este privilégio da apresentação sobre a representação terá inevitavelmente implicações na constituição da subjetividade que abordaremos em seu lado extremo e negativo com relação aos Transtornos de subjetivação arcaica em crianças pequenas.

² Segundo Baudrillard (1991) as coisas encontraram uma maneira de evitar a dialética do sentido, que as levou ao tédio; consiste em proliferar até o infinito, até realizar por completo suas potencialidades, até ultrapassar sua essência ao ir aos extremos. Seria uma forma de hiper-realidade, com um fascinante modo de comunicação não representacional que continuamente se volta sobre si mesmo (Elliot, 1997).

A aceleração e o culto da urgência

Poderíamos definir o tempo como a ordem de sucessão das coisas ou das experiências, pois supõe a presença de uma certa ordem com previsibilidade e sequência. Na atualidade, porém, vive-se uma modificação particular na ordem sequencial da experiência.

O semiótico Cuadra (2003) afirma que vivemos uma *nova temporalidade* que tenderia a excluir a memória, na qual o indivíduo contemporâneo vive submerso em um presente acelerado que flui incessante, em busca do prazer e de experiências novas, e que muitas vezes desautoriza a experiência do passado e a distância crítica.

E este fluir incessante da temporalidade poderia também ter consequências nos vínculos intersubjetivos, base da relação com uma criança, já que esta concepção implicaria tanto na desautorização do passado com em uma perda de referências para os próprios pais como em um não aceitar, nem habilitar, os movimentos regressivos próprios *do infantil*.

E esta aceleração levaria também a uma perda ou transformação do ordenamento dos acontecimentos significativos que *perde seu ritmo cronológico interno* e fica disposto em uma sequência temporal diferente. Passa a ter um valor fundamental a aceleração na resolução dos problemas ou situações, além disso parece privilegiar-se um certo *culto da urgência* a partir da ilusão de uma renovação permanente (Aubert, 2003).

Isto implicaria em uma supervalorização da ação, concebida como um antídoto contra a incerteza. Axioma que é preciso ter capacidade de resposta imediata frente a um futuro incerto e, de certo modo, imprevisível.

Mas isto nos leva a uma série de perguntas sobre as consequências na construção da dialética presença-ausência com uma nova articulação em torno de evitar *tempos mortos, vazios*. Isto poderia levar a uma hipervalorização da atividade como sinônimo de marca de existência? Que efeitos pode ter nos vínculos pais-bebê? Não incidirá negativamente com relação a não levar em conta os ritmos oscilantes do desenvolvimento de um bebê? Voltaremos a este tema mais adiante na análise do caso clínico.

4) As tiranias da visibilidade e a primazia do sensorial

Haroche (Aubert & Haroche, 2011) sustenta que a *exigência de uma visibilidade contínua* em nossa sociedade contemporânea revela uma nova condição do homem pós-moderno: uma condição fundamentalmente *sensorial*, que o levaria a ter que *ser visível para existir*.

Parece haver uma exigência de um tipo de visibilidade que ignora as fronteiras do íntimo, do privado e tende a reificar a exibição contínua do *self*. É preciso mostrar-se, ser visível para ser valorizado, legitimado e ter garantia de existência. A possibilidade de uma *invisibilidade* (território do íntimo) parece *interditada*.

Essa *interdição de invisibilidade* provocaria uma alteração do espaço mental do sujeito, que, em certas situações, se empobrece, se bidimensionaliza. A rapidez, a aceleração do movimento, *o caráter contínuo das imagens das telas, os fluxos sensoriais visuais e auditivos* instauram uma relação diferente com o silêncio e a palavra. Se poderia dizer que circularia a premissa da valorização especial de uma mudança permanente; haveria a busca de se experimentarem as sensações como confirmação ontológica. Mas isto nos leva a conceitualizar o que entendemos por sensação e por sensorialidade.

A sensorialidade na subjetivação

Entendo a ideia de *sensorialidade* como o conjunto de sensações que um sujeito experimenta. A *sensação* seria a vertente emocional de uma impressão sensorial, pode-se sentir prazer, desprazer, insegurança. Em troca, a *percepção* suporia um processo mais intelectual que incluiria a memória e a representação. Desta forma, seria possível pensar que a percepção tem mais apoio no representacional e a sensação, no afeto ou na vivência.

Com relação a este aspecto da experiência sensorial, foram de grande utilidade as contribuições de Konichekis (1999, 2002) e sua ideia da *identidade sensorial*. Ele diz que a sensorialidade seria a parte afetiva de toda percepção, sua carga libidinal. Mas diz:

O conjunto das experiências sensoriais entabula um tipo de nó íntimo pessoal fundador do sentimento de si, profundamente subjetivo e dificilmente transmissível. As sensorialidades traçam um tipo de cartografia única e individual e determinam os contornos de cada pessoa. Este conjunto de experiências conformaria a identidade sensorial (p. 15).

Por outro lado, a sensorialidade é parte, desde sempre, da experiência fundante do sujeito. Como destaca o antropólogo Le Breton (1996):

Nas condições normais de vida, uma corrente sensorial ininterrupta outorga consistência e orientação às atividades do homem... um fundo sonoro e

visual acompanha os deslocamentos dos homens, a pele registra todas as flutuações da temperatura, tudo o que a toca de maneira estável. Mesmo quando o olfato e o paladar pareçam sentidos menores sobressalentes, não deixam de estar presentes na relação que o sujeito estabelece com o mundo (p. 28).

Estes aspectos que o autor destaca nos remetem à ideia de que a experiência dos sentidos conforma uma forma de relação que Anzieu (2003) denomina *invólucro sensorial*³.

Konichekis (2002) diz:

O conjunto de experiências que constitui *os invólucros sensoriais* permite estabelecer um sentimento de identidade que traça os contornos, as fronteiras e as diferenças entre o dentro e o fora. O sentimento de identidade se forma por um vaivém contínuo entre os fenômenos sensoriais de superfície e a profundidade do íntimo, que se corresponde com a célebre formulação de Freud concernente ao Ego como um fenômeno de superfície e como projeção de uma superfície (p. 16).

Destaquei dois dos aspectos da experiência sensorial: a identidade sensorial; os invólucros sensoriais, e quero citar um terceiro ponto – o conceito de *continuidade sensorial* – e uni-lo às pautas atuais de construção da subjetividade. Para isso, valer-me-ei de um exemplo desenvolvido pelo arquiteto e especialista em gráfica digital Pimentel (2004):

Duas pessoas compartilham um assento em um ônibus. Uma delas – mulher – desconfortável talvez pela proximidade corporal do outro, usa o celular para telefonar para um terceiro, longe do espaço compartilhado presencialmente com seu vizinho e, como se quisesse fugir fisicamente através da conversação, sente que parte de sua realidade se transmite pela rede telefônica celular. E flui. Tudo o que diz é escutado pelo menos pelo passageiro contíguo, 50% do conteúdo da conversação torna-se público, o passageiro ata cada palavra da usuária do celular a uma construção mental forçada em sua cabeça. Interpreta cada palavra reforçada pela entonação, transforma-se, de repente, em um voyeur obrigado da vida privada da primeira. O celular é desligado. *Para dar uma continuidade sensorial*, a

³ Em seu livro *O eu pele*, Anzieu (2003) descreve diferentes tipos de invólucro sensorial: *o invólucro sonoro*, *os invólucros térmicos*, *o invólucro olfativo*, e a segunda pele muscular (*invólucro muscular*).

passageira liga seu walkman, discman ou rádio, tanto faz, total o vizinho apenas observa seus fones e percebe muito baixa a música que parece ser techno-dance. A passageira tenta continuar fora da situação, fora desse espaço público delimitado, móvel, que percorreu vários quilômetros desde a primeira chamada, em apenas dez minutos (p. 146).

Para articular alguns pontos deste exemplo tão interessante com as propostas que viemos realizando, quero ressaltar de que modo, nesta cena, há reticências ao contato, nesse espaço que Augé (2003) denominou como *não lugar*. As duas pessoas estão fisicamente juntas, compartilham um espaço, um lugar, embora sem uma troca que articule suas subjetividades.

Mas, especialmente, quero ressaltar o aspecto da primazia da experiência sensorial. Pimentel (2004) mostra que a comunicação da mulher através do celular era algo mais que uma troca significativa com alguém, já que parece passar ao primeiro plano o escapar do contato com o outro; assim, *parte de sua realidade se transmite pela rede e flui*. Isto nos confronta com a pergunta sobre qual o aspecto de si mesma que se transmite pela rede e qual o que flui? Referir-se-á a um aspecto de *si mesmo*? Talvez ela adquira uma forma de mesmidade quando sente que flui?⁴ Logo: *O celular é desligado. Para dar uma continuidade sensorial, liga seu walkman, discman ou rádio...*⁵

Este último aspecto me pareceu sumamente relevante e me leva a uma série de questionamentos. O que significaria manter uma continuidade sensorial? É possível uma continuidade sensorial? Que relação pode ter com a continuidade existencial de Winnicott?

Quero, sim, hierarquizar que Pimentel nos traz algo da experiência de um adulto que encontramos na clínica de hoje na peculiar (des)subjetivação de alguns bebês com *suspeita de autismo*: a sensação de continuidade do *self* não estaria tão pautada por um trabalho de interiorização do objeto, de re-presentação da marca deixada pela ausência do objeto, mas a *continuidade sensorial* passaria a ser parte de sua subjetivação falida.

Nos casos que descrevo, substitui-se a dependência necessária do objeto materno pela continuidade da *aderência sensorial bidimensional*, por exemplo, à televisão. Voltarei a esse tema mais adiante.

⁴ Elliot (1997) afirma: "Na pós-modernidade os sujeitos flutuam, suspensos em um espaço-tempo aberto, e são constituídos e reconstituídos em relação a diferentes configurações da experiência" (p.112).

⁵ Este texto de Pimentel foi escrito em 2004, o conceito é plenamente válido na atualidade, ainda que o objeto tecnológico que nos possibilita a experiência relatada tenha variado. Se antes era o *discman*, agora tudo estaria concentrado no *smartphone* ou no mp4 ou 5, etc...

Bem, este foi um rastreamento das mudanças na atualidade e o valor do eixo temporal, bem como as características da experiência sensorial do sujeito atual. Mas como tudo isso influi em um bebê? Qual é o valor da sensorialidade, o ritmo e as emoções em sua subjetivação?

Em um bebê, a *experiência sensorial* passa a ser um fator subjetivante na medida em que se dê uma adequada integração de suas polissensorialidades com o papel rítmico organizador do ambiente materno (Golse, 2013) e que experimente a vivência de um *compartilhar afetivo* pleno, tal qual o proposto, por exemplo, por Roussillon (2004, 2010) com sua ideia de uma *homossexualidade primária em dobro*. Para esse autor, a subjetivação do bebê se conforma, entre outras coisas, a partir da elaboração dos afetos primários, que necessita da conjunção de dois níveis diferentes.

1) Sensorialidade e ritmicidade compartilhadas

Segundo Roussillon (2010), observa-se através do *ballet* do ajuste mimogestual-postural. Aos gestos, mímicas e posturas de um correspondem e se ajustam os gestos, mímicas e posturas do outro. Desta maneira, cada uma das partes funciona como um espelho do outro. Esta forma de *eco* sensorial e rítmico da dita coreografia em *duplo amodal* produz um efeito de êxtase, de prazer estético. O investimento do processo no qual se sente refletido por sua mãe regula o estado *estésico* do bebê, além de seu estado de ânimo.

2) Emoções compartilhadas

A sensorialidade compartilhada forma um fundo sobre o qual se estabelecerá a possibilidade de um compartilhar emocional. A emoção se conforma a partir de sensações primárias e é uma forma mais complexa das mesmas. Sua forma de expressão mais comum seria a *sintonia afetiva* de Stern (2000).

Mas pessoalmente penso que tudo isso repousa na base de um ritmo adequado, na instauração de uma *lei materna do encontro* que permita um respeito pelos ritmos próprios do bebê, uma adequação a sua ritmicidade e por uma cocriação de uma ritmicidade conjunta⁶ (Guerra, 2015b).

Desde o início de sua vida, o bebê está imerso em uma experiência rítmica que implica o outro. Toda a vida do bebê se funda sobre a existência de ritmos

⁶ Neste tema, quero mencionar especialmente um material com o qual tive contato recentemente, que é o livro *O núcleo rítmico*, de Honigsztejn, que em 1972 foi um dos primeiros analistas que prestou atenção criativa ao tema do ritmo.

que, como em uma dança, vão pulsando os momentos de união-separação, presença-ausência, continuidade-descontinuidade como forma de aliviar as angústias de descontinuidade, marcar o prazer do encontro com o objeto e ir tolerando sua eventual ausência e antecipar seu retorno. E, além disso, o ritmo poderia ser inscrito como uma de suas primeiras vivências de identidade, de *identidade rítmica*; seria a vivência organizadora do bebê, que, junto às experiências sensoriais contidas, lhe dariam as sensações primárias de compor uma unidade no *self*. Na medida em que for respeitado e ampliado pela mãe, abre-lhe caminho para a capacidade de acalmar-se e para o prazer de pensar (Hochmann, 1992). O ritmo sempre foi um objeto de estudo e de elaboração no campo da arte.

Por exemplo, o crítico literário Alonso (1986), quando se refere ao valor do ritmo na poesia, escreve: “O ritmo é de natureza emocional e é preciso considerá-lo como um produtor. Mas o ritmo não é mera descarga e desague da emoção, é estrutura... diríamos que o ritmo é o prazer de ir organizando temporalmente elementos sensorialmente perceptíveis. O prazer de criar uma estrutura” (p. 110).

Atualmente, a frase desse autor é impactante porque, a partir dela, podemos fazer uma correspondência com as possíveis vivências que o ser humano teria no alvorecer de sua subjetivação. O ritmo tenderia a uma natureza emocional e não seria só parte de uma descarga motora, mas conformaria uma forma de estrutura no vínculo, na medida em que também cumpre a função de organização das polissensorialidades do bebê. Devemos recordar as contribuições de autores como Houzel (2012) e Golse (2011) relativas a que uma das tarefas fundamentais do bebê é organizar e coordenar seus diferentes fluxos sensoriais. Para isso, o encontro rítmico, atencional e narrativo com o outro é fundamental. Ou seja, seria a ritmicidade do encontro com o outro (intersubjetividade) um dos fatores que possibilitaria, junto aos recursos próprios, a vivência de integração do *self* (a subjetivação). Estes últimos pontos estariam na base de minha hipótese sobre o peso do *fator ambiental* na emergência desta *epidemia de bebês com suspeita de autismo*.

A hipótese não implica em cair em uma acusação parental. Não estou falando de falhas em *pais autistizantes*, mas, baseado no papel das *séries complementares*, estou pensando na inter-relação entre alguns dos possíveis fatores constitucionais do bebê (hipersensibilidade sensorial, tendência ao evitamento relacional, dificuldade de integração das polissensorialidades e de reconhecimento das emoções nos tons de voz e nos gestos do rosto etc.) e uma disritmia no encontro intersubjetivo com os pais, que se relaciona, em parte, com as características da subjetivação atual e com uma representação cultural do bebê como *separável* e

autônomo precocemente. Claro que tudo isso se resignificará *après-coup* com a história subjetiva dos pais.

Transtornos de subjetivação arcaica

Há pelo menos 8 ou 10 anos, tanto na experiência pessoal quanto no diálogo com outros colegas, encontramos com um maior número de consultas para crianças pequenas que às vezes vêm diagnosticados como bebês *com suspeita de autismo* ou com *formas de autismo com janelas abertas*.

Em geral, estas crianças recebem um primeiro diagnóstico ou olhar diagnóstico na consulta com o pediatra, neuropediatra ou, às vezes, mais especificamente, em um jardim de infância. O que chama a atenção desta situação, tal como propusemos no início, é a estrepitosa prevalência, o radical aumento *desta patologia*, assim como, desde o campo científico, o questionar severamente a psicanálise como ineficaz. Diríamos que nos encontramos com *crianças sob suspeita de autismo e analistas sob suspeita de ineficiência*. Tal fato motivou Golse (2013) a intitular seu livro de *Meu combate pelas crianças autistas*.

Mas, curiosamente, no campo da psicanálise temos uma longa tradição de abordagem de crianças de *funcionamento autista* com graus de elaboração e transformação muito interessantes. Entre os múltiplos autores desse tema, cabe citar, por exemplo, a obra de um analista como Rosenfeld (2012), que mostrou, através de um filme, a evolução positiva do tratamento original de uma criança autista junto a sua família⁷.

Mas, na experiência pessoal, ocupo-me, clínica e também teoricamente, da abordagem da primeira infância de bebês que estariam no *limite* do diagnóstico (por isso *janelas abertas*). Isso significa que seriam crianças que *não se encaixam* estritamente na lista de sintomas do quadro típico e que, em um ponto fundamental como o da interação com o outro, podem manter durante algum tempo diferentes formas de contato intersubjetivo, mas que, muitas vezes, depois dos 3, 4 anos, entrariam em um *processo autistizante* (Hochman, 1990; Golse & Eliez, 2007; Larban, 2013).

Em minha experiência pessoal de abordagem destes bebês antes dos 2 anos, insisto, encontrei situações clínicas com certo grau de ambiguidade no diagnóstico,

⁷ Entre diferentes analistas que vêm se ocupando de casos de autismo, podemos mencionar os clássicos Tustin (1986), Meltzer (1982), Haag (2008), Hochmann (1999), Alvarez (2002), Diatkine (2000) e também autores como Prego Silva (1999), Marcelli (1986), Houzel (1988), Parada Franch (1996), Muratori (2009), Maiello (2013), Viloca & Alcácer (2014), Brun (2007), Lheureux (2003), Delion (2005), Touati, Joly & Laznik (2007), Pereira da Silva (2013), Larban (2013), Palau (2009), etc.

já que o bebê tem graus de interação com o outro e certo grau de acesso à intersubjetividade (Guerra, 2014) (presença de troca de olhares fugaz, capacidade de imaginação, aceitação das surpresas na interação, graus de atenção conjunta, de sintonia afetiva, de jogo em comum, esboço de assinalamentos etc.) que depois dos 3 anos *se perdem*⁸. Em muitos destes casos, pensei que seguramente nos encontramos com um quadro de *evitamento relacional* (Carel, 2008; Picco & Carel, 2002), mais próprio de uma depressão em bebês no quais se articulam aspectos constitucionais e dificuldade de contato no ambiente parental.

É bastante comum encontrar situações de depressão materna, falta de compensação afetiva do meio e tendências constitucionais a alguma forma de evitação do contato por parte do bebê (muitas vezes por hipersensibilidades sensoriais), que geram, ainda mais na mãe, uma vivência depressiva. Winnicott dizia que *não há bebê sem mãe*, mas que também *não há mãe sem um bebê* que a reclame libidinalmente e se abra ao circuito libidinal do encontro, provocando uma *emoção estética* de encanto, que permitirá compensar a necessária *violência* que implica o cuidado de todo bebê (Guerra, 2013).

A partir do que vem sendo minha experiência clínica, denominaria provisoriamente estas dificuldades da subjetivação do bebê como Transtornos de subjetivação arcaica, já que estamos falando de tempos *arcaicos, primários, infans* (antes da aquisição da linguagem verbal como ferramenta simbólica), nos quais o bebê encontraria uma disritmia primária, uma forma de subjetivação falida (ou, melhor dito, *dessubjetivação*), com dificuldades na instauração da *simbolização primária* (Roussillon, 2003) e especialmente dos chamados *significantes arcaicos* (Golse, Mairesse, Bursztejn, 1992).

À guisa de tentativa, os itens que fariam parte desta forma de funcionamento seriam, com o título geral de Transtornos de subjetivação arcaica, os que se alinham abaixo:

- ausência de vários indicadores importantes de intersubjetividade
- *evitamento relacional* e *graus* de indiferença objetal
- escasso contato emocional (ausência de angústia de separação)
- angústias arcaicas de descontinuidade
- defesas primárias de tipo sensorial
- busca de um objeto estimulador (sensações fortes, hipersensibilidade sensorial)
- bidimensionalidade e autorritmicidade (disritmia)

⁸ Cabe delimitar que, de acordo com cada situação, é muito conveniente a constituição de uma equipe de trabalho formada por psicanalista, especialista em psicometria e fonoaudióloga, para abordar a situação da criança a partir de perspectivas múltiplas.

- busca de segurança e confirmação *identitária* na *continuidade sensorial bidimensional* (identificação adesiva)
- dificuldade de integração da impulsividade (caos no comportamento)
- *relativa ausência* de iniciativas lúdicas
- precária organização da linguagem
- ausência de curiosidade epistemofílica (tridimensionalidade).
- não acesso à capacidade para estar (brincar) sozinho
- não acesso à terceiridade.

Exemplo clínico

Há algum tempo recebo no consultório uma bebê, Patrícia, de 18 meses, cujos pais consultam por ansiedade, inquietação, atraso na linguagem, hipersensibilidade ao contato, birras, isolamento às vezes inconsolável, evitando contato com os outros. Eles reforçam que Patrícia sempre foi inconsolável e muito sensível... “Nunca encontramos o ritmo dela... sempre foi imprevisível...”.

Desde o início, no vínculo familiar, aconteceram dificuldades no *holding*: a mãe sofreu a perda de sua avó durante a gestação de Patrícia, o que lhe causou um estado depressivo, já que essa avó era uma figura de apego e de segurança na família.

Além disso, essa mãe dizia que, desde a gestação, imaginava que Patrícia seria uma bebê independente, já que seu filho anterior tivera um vínculo muito apegado, e porque, além disso, “as crianças agora são diferentes, mais despertas, com a ajuda da tecnologia, são mais separados que antes”. Ela a amamentou durante alguns meses, mas logo ficou sem leite e, devido a continuação de seu estado depressivo, consultou um psiquiatra que a medicou por um tempo; depois começou a fazer psicoterapia.

Patrícia desde bebezinha mostrou-se muito difícil de acalmar, não havia maneira de acomodar-se nos braços de quem a ninava porque parecia *hipersensível*. Ainda hoje não aceita que nela coloquem roupa apertada e tem que dormir com pouca coberta porque fica muito incomodada. A pediatra lhes dizia que seria uma bebê de personalidade muito difícil e que tinham que aprender a colocar-lhe limites. Desde bebê parecia acalmar-se de suas birras se assistia à televisão ou lhe mostravam desenhos animados no *tablet* ou no computador.

A mãe diz que se recuperou de sua depressão por volta dos 6-8 meses da filha, o que lhe gerou intensos sentimentos de culpa. O pai tentou se ocupar do cuidado da bebê, mas também a descreve como muito difícil e imprevisível. Durante algum tempo “não gostava de olhar nos olhos” e era oscilante quanto a

isso, exceto no encontro com sua irmã mais velha com quem ela se diverte em brincadeiras muito intensas de descarga motora. Nunca brincou de esconder, não se notavam angústia de separação ou indícios de uma *imitação diferida*.

Sua forma central de entretenimento era caminhar, não brincar e aderir à televisão. Dizem os pais: “É como uma viciada na tela, senta-se frente ao televisor e parece que quer comê-lo de tão perto que fica. Nós somos muito de assistir à TV e estar no computador... mas é demais, está como anulada, aderida à tela”. Tem poucos vínculos sociais e muitas dificuldades para tolerar a espera. Suas reações são intensas, às vezes só a irmã consegue acalmá-la. Os próprios pais se definem como ativos, acelerados e com um ritmo muito rápido.

Patrícia apresentava também graves transtornos de sono, com muita dificuldade para dormir. Não tolerava as transições, nem que a abraçassem com certa intensidade. Os pais acrescentavam que, às vezes, as noites eram um inferno pelo repetido despertar e pela conduta inconsolável. Isso tanto os deprimia quanto lhes gerava muitos incômodos e cansaço⁹. Quanto à imprevisibilidade que relatam, dizem que às vezes não tem meio termo: ou busca contato afetivo intenso, “como se quisesse se enfiar dentro da tua pele”, ou a indiferença objetal.

De acordo com minha experiência, início o trabalho analítico com sessões conjuntas dos pais com a bebê, já que a abordagem compreende tanto a bebê e suas vivências quanto o ambiente subjetivante conformado pelos pais (Guerra, 2010b).

De início, pareceu se instalar uma forma de transferência, especialmente na mãe, de colocar-me no lugar de juiz que avaliaria suas falhas. Por isso, através de minha escuta e de minhas intervenções, eu tratava de evitar cair nesse lugar que implicaria o aumento dos sentimentos de culpa e de falha narcisista. Ainda mais porque, nos primeiros encontros com Patrícia, *na presença* dos pais, ela se mostrava interessada por seu gestual corporal, pelos comentários que eu realizava sobre suas ações.

Patrícia deambulava pelo consultório tomando objetos, olhava-me pelo canto do olho e eu *traduzia* em palavras seus movimentos, apontando para cocriarmos uma forma de *narrativa conjunta* (Guerra, 2010b, 2014). Segundo meu ponto de vista, na transferência que se instala na cena, o analista deve funcionar como *tradutor*, *ponte* entre a experiência sensorial e a representacional, entre o mundo infantil e o mundo adulto, e sua ferramenta é a palavra, a *metáforização transmodal*, em sua disposição interior à escuta que se expressaria em *uma disposição corporal flutuante* e *uma disposição mental lúdica* (duas variações da

⁹ Esta situação, por si só, muitas vezes configura um fator de risco no vínculo ao viver o bebê como um pesadelo (Guerra, 2010a).

capacidade negativa), (Guerra, 2010b).

Nesse sentido, estava especialmente atento a qualquer manifestação de um (des)encontro intersubjetivo entre os pais e Patrícia, tratando de encontrar metáforas que expressassem transmodalmente o que a bebê sentia. Por exemplo, nos momentos em que Patrícia tinha alguma birra intensa em que, inclusive, tentava bater a cabeça contra o piso, eu intervinha dizendo que ela sentia dentro de sua cabecinha uma raiva tão grande que queria tirá-la batendo a cabeça no piso. E chegava a tomar-lhe a cabeça em minhas mãos para evitar que se batesse, dizendo-lhe que sua raiva podia ficar em minhas mãos. Então, mais de uma vez, Patrícia me golpeava as mãos com suas mãozinhas, que também *choravam de raiva*.

De minha parte tratava de abrir tais situações aos comentários e à interação com os pais, dizendo-lhes o quão difícil deveria ser para eles terem que lidar com estas situações violentas diariamente. Assim, buscava minimizar a possível ferida narcisista por eles não conseguirem acalmá-la dessa maneira.

Também tratava como objetivo prioritário re-instaurar o que podemos chamar *lei materna do encontro*, com o respeito pelo ritmo da bebê e a difícil cocriação de um ritmo em comum, seja no brincar, na alimentação, ou no momento de dormir etc. (Guerra, 2015a). Experiências que podem facilitar a contenção das ansiedades, gerar um prazer compartilhado e a integração das polissensorialidades da bebê e, assim, irem tomando forma as *simbolizações primárias* (Roussillon, 2003) que não de possibilitar em Patrícia o trabalho representacional da ausência do objeto.

Pouco a pouco, as sessões se desdobravam em duas formas narrativas. Por um lado, os pais narrando tanto aspectos de sua história pessoal, quanto as vivências contraditórias do vínculo com Patrícia; por outro, Patrícia, que respondia com seus movimentos corporais e seu esboço de interação lúdica. Fato que, poderíamos dizer, *foi inaugurado* em uma sessão em que a mãe relatava, chorando, que não podia encontrar-se com sua filha, especialmente no momento de dormir, quando Patrícia se revelava insuportável rejeitando-a. Nesse momento, Patrícia, com pouco mais de 2 anos, olha para mim, pega uma boneca sobre uma torre de cubos que eu havia construído e a faz cair várias vezes, emitindo um lamento como o de um choro.

Intervenho dizendo que Patrícia nos conta que o momento de dormir é como cair com muita dor e que ela não pode dizer isso e que Mamãe está muito preocupada com isso e não sabe o que fazer (enquanto falo, dramatizo com a boneca e com o movimento de meu corpo que cai). Quando falo trato de aproximar meu rosto do rosto dela e expressar-me com ternura a dicção muito lenta. Também pensei que em seu gesto lúdico, talvez Patrícia estivesse transmitindo a vivência

que é a mãe, ou o vínculo entre elas, que cai com dor e choro. Intuí não ser o momento de dizê-lo porque saturaria a comunicação de sentido.

Patrícia me olha intensamente e me diz: “Ti” (sim)... Instaura-se um silêncio no qual todos nos olhamos emocionados, Patrícia vai para trás da poltrona e começa a brincar às escondidas comigo, brincadeira que logo abro aos pais como forma de passagem a uma *interludicidade* (Guerra, 2014), expressão do incipiente espaço transicional coconstruído com eles (Winnicott, 1972).

Esta vinheta é só um exemplo do que foi um trabalho de mais de 2 anos com Patrícia e seus pais, trabalho que possibilitou uma forma de elaboração, nos pais, da ambivalência da ferida narcisista de não poderem se vincular com sua filha como eles desejavam e que abriu em Patrícia outras possibilidades de subjetivação, saindo de seu funcionamento mais *arcaico*, dando passagem à *simbolização secundária* com o advento da linguagem, o brincar *como se*, o prazer do contato emocional e lúdico com os outros e uma maior aceitação dos limites diferenciadores.

Foi muito importante a integração de Patrícia em um jardim de infância no qual as educadoras e a equipe puderam seguir algumas pautas que surgiram do tratamento, especialmente com relação a suas hipersensibilidades, dificuldades de contato, o respeito por seu ritmo de desenvolvimento, etc.

Destaco este último porque o trabalho analítico com estas crianças pequenas implica também um trabalho especial (sempre que possível) com o *ambiente subjetivante*, que é conformado pelos pais e, neste caso, também pelo jardim de infância, o qual, desde o início da consulta, a bebê frequentava durante 6 horas diárias.

O trabalho analítico é, então, *polifônico*. Trabalhamos com aspectos da fantasmática parental, suas vivências afetivas e a representação que têm de sua filha. Com o jardim de infância, trouxemos uma visão diferente do processo de subjetivação e tratamos de atenuar as angústias que ela gera nos outros. Com a criança contivemos, espelhamos, brincamos, interpretamos, narramos, nos desesperamos e voltamos a recuperar a esperança, para que a subjetivação tomasse novos rumos e as *janelas abertas* se abrissem à troca com o outro, não se fechassem em um diagnóstico estigmatizante. □

Abstract

Forms of child’s (de)subjectivation in frenetic times: disorders of archaic subjectivation

In this paper the author tries to show a psychoanalytical perspective on what

currently appears to be an excessive prevalence of little children suspected of autism. In order to do this, a series of hypotheses are raised about the possible reasons for the increase in this kind of consultations, related both to the child's constitutional aspects and to the incidence of cultural factors affecting the bond between parents and children. The author puts forward the hypothesis of a form of child's functioning called *disorder of archaic subjectivation*. He describes some of the characteristics observed in his clinical experience and presents a case to illustrate the peculiar approach of both the child (intrapsychic aspect) and the parents (intersubjective aspect).

Keywords: autism, current pathology, intersubjectivity, sensoriality, rhythmicity, disorder of archaic subjectivation.

Resumen

Formas de (des)subjetivación infantil en los tiempos de aceleración: los trastornos de subjetivación arcaica

El autor en este trabajo trata de mostrar una perspectiva psicoanalítica sobre lo que en este momento aparece como una prevalencia excesiva de *niños pequeños en sospecha de autismo*. Para ello se plantea una serie de hipótesis sobre los posibles motivos del aumento de este tipo de consulta, en relación tanto a aspectos constitucionales del niño, como a la incidencia de factores de orden cultural que inciden sobre el vínculo padres-hijos. Establece la hipótesis de una forma de funcionamiento en el niño que denomina *trastorno de subjetivación arcaica*, describiendo algunas de las características que observa en su experiencia clínica y presenta un caso para ilustrar la forma peculiar del abordaje, tanto con el niño (aspecto intrapsíquico) como con los padres (aspecto intersubjetivo).

Palabras claves: autismo, patología actual, intersubjetividad, sensorialidad, ritmicidad, trastorno de subjetivación arcaica.

Referências

Alonso, A. (1986). *Materia y forma en poesía*. Madrid: Gredo, 402 p.

Alvarez, A. (2002). *Una presencia que da vida*. Madrid: Biblioteca Nueva, 318 p.

Anzieu, D. (2003). *El Yo-Piel*. Madrid: Biblioteca Nueva, 272 p.

- Aubert, N. & Haroche, C. (Dir.) (2011). *Les tyrannies de la visibilité*. Coll. Sociologie clinique, Paris: Eres, 360 p.
- Aubert, N. (2003). *Le culte de l'urgence. La société malade du temps*. Paris : Flammarion.
- Augé, M. (2003). *Los no lugares: Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa.
- Baudrillard, J. (1991). *Estrategias fatales*. Barcelona: Anagrama.
- Bauman, Z. (2003). *Modernidad líquida*. Buenos Aires: Paidós.
- Brun, A.(2007). *Médiations thérapeutiques et psychose infantile*. Paris : Dunod, 283 p.
- Carel, A.(2008). Les signes precoces de l'autisme et l'évitement relationnel. In P. Delion, *Les bébés à risque autistique*. Paris: Eres, 140 p.
- Cuadra, A. (2003). *De la ciudad letrada a la ciudad virtual*. Santiago (Chile): Arces Lom, 213 p.
- Delion, P. (2005). *L'enfant autiste, le bebe et la semiotique*. Paris : Puf.
- Diatkine, R., Uhl, R., Casanova, A. & Saladin, M. (Col.) (2000). L'évolution d'un cas d'autisme a l'âge adulte. In R. Diatkine, *Une pensée en mouvement*. Coll. L'aube de la vie. S. I.: Eres, 2000, 1 DVD (103 min.).
- Elliot, A. (1997). *Sujetos a nuestro propio y múltiple ser. Teoría social, psicoanálisis y posmodernidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Golse, B. & Eliez, S. (2007). A propos de l'autisme et les troubles envahissants du développement. Du "processus autistique" à l'autisme de scanner..." *Revue La Psychiatrie de l'enfant*, 50(1) : 29-60.
- Golse, B. (2011). Des sens au sens. La place de la sensorialité dans les cours du développement. *Revue Spirale*. 1(57).
- Golse, B. (2013). *Mon combat pour les enfant autistes*. Paris : Odile Jacob, 237 p.
- Golse, B., Mairesse, A. & Bursztejn, C. (1992). Una ojeada sobre los orígenes. In B. Golse, & Bursztejn, C. *Pensar, hablar, representar. El emerger del lenguaje*. Barcelona : Masson.
- Grandin, T. & Panek, R. (2014). *Dans le cerveau des autistes*. Paris : Odile Jacob.
- Guerra, V. (2010a). Transtornos do sono em bebês: a noite, os pesadelos e o sinistro no psiquismo parental. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, 14 (1): 153-244.
- Guerra, V. (2010b). *La psicoterapia padres-bebe: un arte de traducción creativa ?* Curso en el Congreso ABEBE. San Pablo.
- Guerra, V. (2013). *El complejo de lo arcaico y la Estética de la subjetivación*. Inédito.
- Guerra, V. (2014). *Indicadores de Intersubjetividad 0-12 m. Del encuentro de miradas al placer de jugar juntos*. Video documental. A.P.U. Comité Outreach de la IPA.
- Guerra, V. (2015a). *El ritmo y la ley materna en la subjetivación y en la clínica infantil*. *Revista uruguaya de Psicoanálisis* (en línea) (120): 133-152.
- Guerra, V. (2015b). Faux self moteur, une version défailante de la subjectivité dans

- l'hyperactivité. In A. Konicheckis & S. Korff-Sauss (Ed.), *Le mouvement entre psychopathologie et créativité*. Paris, In Press.
- Haag, G. (2008). Resumé d'une grille de repérage clinique de l'évolution de la personnalité chez l'enfant autiste. In P. Delion & B. Golse, *Autisme. Etat des lieux et horizons*. Paris : Eres. Le Carnet Psy.
- Hochmann J. (1990). L'autisme infantile : déficit ou défense? In Ph.-J. Parquet, C. Bursztein & B. Golse (Dir.), *Soigner, éduquer l'enfant autiste ?* (pp. 33-55), Paris : Masson. Coll. Médecine et psychothérapie.
- Hochmann, J. (1992). Identifications autoerotiques et autisme infantile. Perspectives théoriques et thérapeutiques. In J. Hochmann & P. Ferrari, *Imitation, identification chez l'enfant autiste*. Buenos Aires : Paidós Bayard.
- Hochmann, J. (1999). *Pour soigner l'enfant autiste*. Paris : Odile Jacob.
- Honigsztein, H. (1972). *O núcleo rítmico: um estudo sobre a criação artística e científica*. Paranaíba (PR): Gráfica Olímpica.
- Houzel, D. (1988). Les enclaves autistiques dans la psychanalyse d'enfants. *Journal de Psychanalyse de l'enfant*, 5 : 71-97.
- Houzel, D. (2012). Flux sensoriel et flux relationnel chez l'enfant autiste. *Journal de la psychanalyse de l'enfant*, 2(2) : 141-155.
- Konicheckis, A. (1999). Identité sensorielle chez le bébé et chez l'adolescent. In P. Gutton, & P. Jeammet et al. (Coord.), *Troubles de la personnalité. Troubles des conduites* (pp. 139-149), Paris : Editions GREUPP.
- Konicheckis, A. (2002). Des sens aux sens: sensorialité et signification. In M. Boubli & A. Konicheckis, *Clinique psychoanalytique de la sensorialité* (pp. 125-155), Paris : Dunod.
- Larban, J. (2013). *Vivir con el autismo, una experiencia relacional*. Barcelona: Octaedro.
- Le Breton, D. (1996). *Antropología del cuerpo en la modernidad*. Barcelona: Gedisa.
- Lheureux, C. (2003). *L'autisme infantile ou le bruit de la rencontre. Contribution à une clinique des processus thérapeutiques*. Paris: L'Harmattan.
- Maiello, S. (2013). En los orígenes del lenguaje. Aspectos vocales y rítmicos de la relación primaria y su ausencia en los estados autistas. *Controversias en Psicoanálisis de Niños y Adolescentes*, 13: 74-105.
- Marcelli, D. (1986). *Position autistique et naissance de la psyche*. Paris: Puf.
- Meltzer, D., Bremner, J., Hoxter, S., Weddell, D., & Witenberg, I. (1982). *Exploración del autismo*. Buenos Aires: Paidós.
- Muratori, F. (2009). El autismo como efecto de un trastorno de la intersubjetividad primaria I y II. *Revista de Psicopatología y salud mental del niño y del adolescente*, 13: 21-30.
- Palau, P. (2009). Psicossomática y autismo en el niño pequeño: interacción, afectos y audición. *Conferencia en el Centro Psicoanalítico Valenciano*, España.
- Parada Franch, N. (1996). Transferência e contratransferência na análise de uma criança com núcleos autistas. *Livro Anual de Psicanálise*, 12. Perdizes: Escuta.

- Pereira da Silva, M. (2013). Uma paixão entre mentes: a função narrativa. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 47(4): 69-79.
- Picco, M. & Carel, A. (2002). Évitement relationnel du nourrisson et despistage précoce. *Revue La Psychiatrie de l'enfant*, 45(1): 171-205.
- Pimentel, D. (2004). Superconectados. In A. Montegu, D. Pimentel & M. Groisman, *Cultura Digital: comunicación y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Prego Silva, L. E. (1999). *Autismos: revisando conceptos*. Montevideú: Trilce.
- Rosenfeld, D. (2012). *The creation of the self and language: Primitive Sensory Relations of the Child with the Outside World*. London: Karnac, 80 p.
- Roussillon, R. (2003). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris : Puf. Coll. Le Fait psychanalytique.
- Roussillon, R. (2004). La dependance primitive et l'homosexualité primaire en doublé. *Revue Francaise de Psychanalyse*, 68(2), Paris: Puf.
- Roussillon, R. (2010). La dialectique presence-absence: Pour une metapsychologie de la présence. *Tribune Psychanalytique*, 9. Lausanne : Cantrales.
- Stern, D. (2000). *El mundo interpersonal del infante*. Buenos Aires: Paidós.
- Tisseron, S. (2011). Les nouveaux réseaux sociaux: visibilité et invisibilité sur le net. In N. Aubert & C. Haroche (Dir.), *Les tyrannies de la visibilité* (pp. 117-129), Coll. Sociologie clinique, Paris : Eres, 360 p.
- Touati, B., Joly, F., & Laznik, M. C. (2007). *Langage, voix et parole dans l'autisme*. Paris : Puf.
- Tustin, F. (1986). *Le trou noir de la psyche*. Paris: Seuil.
- Viloca, L., & Alcácer, B. (2014). La psicoterapia psicoanalítica con personas con trastorno autista. Una revisión histórica. *Temas de Psicoanálisis*, 7: 1-29.
- Virilio, P. (1997). *La velocidad de liberación*. Buenos Aires: Manantial.
- Winnicott, D. W. (1972). *Realidad y juego*. Barcelona: Gedisa.
- Winnicott, D. W. (1985). *La naturaleza humana*. Buenos Aires: Paidós.

Recebido em 14/09/2015

Aceito em 23/09/2015

Tradução de **Ana Rachel Salgado**

Revisão técnica de **Vânia Dalcin**

Victor Guerra

Alfredo Baldomir, 2442/202

Montevideú – Uruguai

e-mail: vguerra@internet.com.uy

© Victor Guerra

Versão em português Revista de Psicanálise – SPPA